

Impacte do turismo de natureza e cultural no Vale do Tua

José Veiga Simão/ FCT-UNL/965783374/ jps18894@fct.unl.pt e João Joanaz de Melo / FCT-UNL / telef: 212948374 / fax: 212948554 / jjm@fct.unl.pt

Resumo

Nesta comunicação apresenta-se alguns resultados de uma investigação mais vasta, com o objectivo de avaliar o potencial do turismo de natureza e cultural no Vale do Tua, focando o ponto de vista económico e a dinâmica de empregabilidade da zona. Analisaram-se ainda convergências e conflitos com outras actividades económicas, como a ferrovia e o plano nacional de barragens.

A recolha de dados processou-se em dois planos: um, referente aos dados de estrutura, utilizando a recolha de documentos escritos e audiovisuais, relatórios, estudos; outro, centrado na recolha de dados de opinião, recorrendo-se a inquérito por questionário a agentes turísticos e agentes da política local e entrevistas a Presidentes das Câmaras dos municípios envolvidos no Vale do Tua. Neste trabalho de avaliação de impacte, em que centrámos a análise, os dados reenviaram-nos para a produção de um estudo misto (de carácter qualitativo e quantitativo).

O turismo de natureza e cultural tem-se revelado uma actividade económica com alguma relevância em regiões deprimidas, sendo que emprega no Vale do Tua, a dados de 2008, 1,2% da população e gera 2,1 M€/ano de receitas. O principal entrave a esta aposta, identificado no estudo, deriva das perspectivas diferentes dos diversos agentes políticos entre si e dos agentes turísticos regionais. Constata-se ainda a existência de conflitos relativamente a outros tipos de desenvolvimento, que incidem na construção do aproveitamento hidroeléctrico com a subsequente destruição da linha férrea do Tua. Em termos de empregabilidade verifica-se que o projecto turístico cria 11 vezes mais empregos, por milhão de euros investidos do que o projecto de construção da barragem. Conclui-se que o turismo de natureza e cultural, pelas características endógenas excepcionais da zona, tem potencialidades para apoiar as dinâmicas de desenvolvimento locais. Contudo, este não deve ser encarado como panaceia que tudo pode solucionar sem o devido planeamento, investimento e compromisso.

Introdução

O turismo de natureza e cultural tem-se revelado uma actividade económica com alguma relevância em regiões deprimidas, como é o caso de grande parte do interior de Portugal. Trata-se de zonas com uma combinação de paisagens selvagens e paisagens urbanizadas ancestrais que, devido à ocupação humana relativamente pouco intensa conservam valores naturais e culturais únicos. (Nyaupane, 2004)

Em alguns casos, o turismo natureza e cultural pode ser prejudicado por outras actividades económicas. Esta situação poderá verificar-se na região do Vale do Tua, por força do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH), em torno do qual surgiram inúmeras controvérsias. No centro destas estão as vantagens e desvantagens de diferentes estratégias de desenvolvimento regional, nas quais privilegiam os valores locais ou a construção de barragens.

O turismo tem vindo a ganhar espaço crescente nas propostas de desenvolvimento que têm sido delineadas com o fim de contribuir para a resolução da crise que afecta a maioria das áreas rurais. Contudo, apesar das perspectivas de evolução do sector turístico serem animadoras, é fundamental que o seu crescimento seja efectuado de forma sustentada, quer ao nível económico, quer ao nível ambiental. (CNUCED, 2004)

Neste sentido, como defende Ribeiro (2007), será crucial que os esforços sejam orientados para a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, para o reforço das parcerias estratégicas e para a preservação do equilíbrio ambiental e a valorização do património cultural. De alguma forma, poder-se-á dizer que o turismo precisa desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial das regiões e configurando produtos turísticos alternativos. Nesta acepção, o sucesso da actividade turística prende-se de perto com os recursos locais, na sua expressão quantitativa e qualitativa. (Polèse, 1998).

Como consequência deste ambiente, o mercado vem evoluindo muito rapidamente em direcção a novos produtos. Entre esses produtos, encontra-se esta fileira de turismo em espaço rural (TER), que engloba necessariamente o turismo de natureza e cultural e o turismo verde, entre outros.

De uma forma genérica, nesta comunicação, pretende-se apresentar os resultados de um estudo de avaliação do potencial de turismo de natureza e cultural no Vale do Tua (Simão, 2009), focado no ponto de vista económico e na dinâmica de empregabilidade da zona. Este estudo de caso foi encarado como um processo de pesquisa, sobre o modo como, no terreno, os diversos agentes políticos e turísticos perspectivam o impacte desse turismo para o desenvolvimento da região. Foram igualmente equacionadas convergências e conflitos com outras actividades económicas, como a ferrovia e o PNBEPH.

Método

Optou-se por realizar um estudo de caso pois pretendeu-se investigar um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto real. Definimos as seguintes questões orientadoras: i) Quais as percepções dos agentes turísticos e autoridades locais sobre o desenvolvimento local (turismo, infra-estruturas)? ii) Qual o impacte (emprego, economia, desenvolvimento regional...) do ponto de vista da oferta do turismo de natureza e cultural na região do Vale do Tua? iii) De que forma a introdução de novas infra-estruturas (barragens, ferrovia...) influencia o turismo de natureza e cultural?

A metodologia deste estudo é esquematizada na Figura.

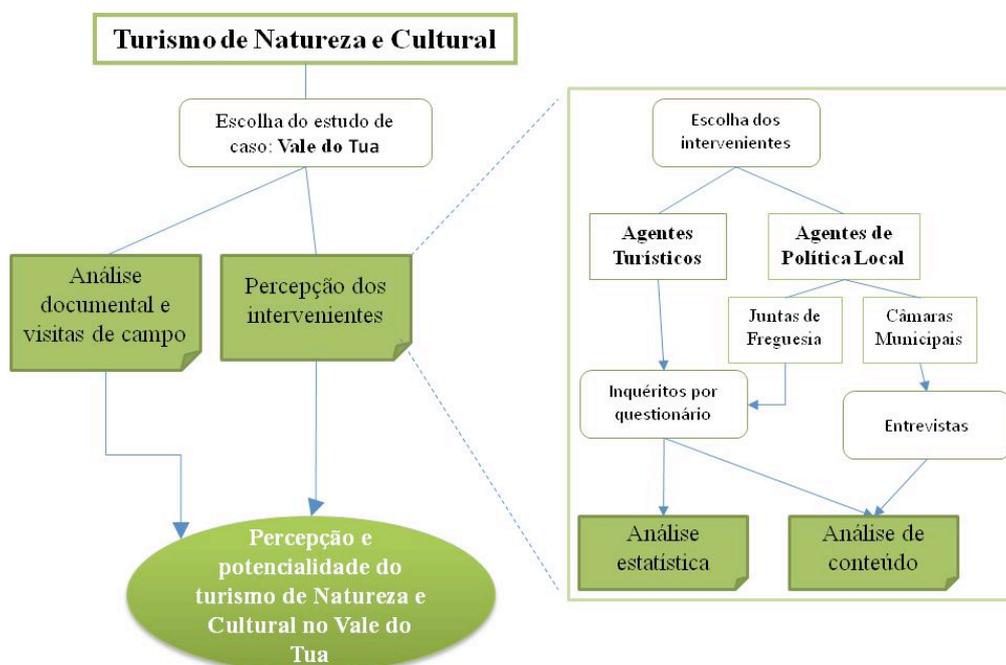


Figura 1 – Esquematização da investigação

A recolha de dados processou-se em dois planos: um, referente aos dados de estrutura, utilizando a recolha de documentos escritos e audiovisuais, relatórios, estudos; outro, centrado

na recolha de dados de opinião, recorrendo-se a inquérito por questionário a agentes turísticos e agentes da política local e entrevistas semi-directivas aos Presidentes das Câmaras dos cinco municípios envolvidos no Vale do Tua.

Considerámos na região do Vale do Tua a totalidade dos concelhos atravessados pelo rio Tua. Assim, estão envolvidos cinco municípios da região de Trás-os-Montes e Alto Douro: os municípios de Alijó, de Carrazeda de Ansiães, de Mirandela, de Murça e de Vila Flor, que envolvem no total 103 freguesias. Esta região apresenta: i) fenómenos de esvaziamento populacional tendo uma densidade populacional 35,4 indivíduos por quilometro quadrado, bastante abaixo da média nacional; ii) envelhecimento demográfico, tendo um índice de envelhecimento de 197,4, bastante acima da média nacional; iii) PIB *per capita* do Vale do Tua não ultrapassará os 52, considerando a média europeia igual a 100 (EUROSTAT, 2006 cit. por CCDRn, 2007); iv) taxas de desemprego sempre superiores às médias nacionais; e, v) valores de poder de compra *per capita* muito baixos, comparativamente à média nacional. (INE, 2008)

A agricultura é praticamente a única actividade económica relevante na generalidade das freguesias do Vale do Tua. Porém, esta é quase sempre uma actividade complementar para o rendimento familiar, que depende sobretudo de pensões e de reformas.

Pelos motivos supra-citados a região do Vale do Tua é considerada uma região deprimida do interior português que necessita de um novo paradigma de desenvolvimento, assente nos pontos fortes da região.

Na Tabela sintetiza-se o processo de recolha de dados.

Tabela1 – Processo de recolha de dados

Fases	Fontes de informação	Obtenção da informação
		Como?
Análise documental	Dissertações; Censos 2001; NUTS 2007; plano de desenvolvimento para a região; documentos; relatórios.	Internet, bibliotecas, entrevista a investigadores na área
Análise do potencial instalado do turismo de natureza no Vale do Tua	Trabalho de campo; Pesquisa.	Observação do contexto de estudo; Contactos informais; Instituto do turismo, empresas do sector
Análise das grandes infra-estruturas existentes e em perspectiva para a área e avaliar potencial	Trabalho de campo; pesquisa	REFER, EDP, Governo e Câmaras (linha férrea e barragem)
Obtenção das representações ao nível político	Câmaras Municipais e Juntas de freguesia	Inquérito por questionário; entrevista; guião de entrevista
Obtenção das representações ao nível dos agentes turísticos	Proprietários de casas rurais Proprietários de empresas de desportos da natureza Outros agentes	Inquérito por questionário

Caracterização dos grupos-alvo

A população-alvo do estudo foi o conjunto de todas as Juntas de Freguesia, dos Agentes Turísticos dos cinco municípios do Vale do Tua (Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela,

Murça e Vila Flor) e os presidentes das Câmaras Municipais. Para a realização do inquérito foram entregues 103 questionários nas Juntas de Freguesia e 63 aos Agentes Turísticos. Houve retorno de 32 nas Juntas de Freguesia, o que corresponde a 31% da população e 29 nos Agentes Turísticos, o que corresponde a 46% da população. Sendo que para a realização das entrevistas, contactámos os cinco Presidentes das Câmaras Municipais, mas só Presidente da Câmara Municipal de Mirandela acedeu ao nosso pedido.

Resultados

Realizou-se uma análise SWOT para se obter a identificação das principais oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) que se colocam ao desenvolvimento turismo de natureza e cultural do Vale do Tua bem como os principais pontos fortes (*Strengths*) e pontos fracos (*Weaknesses*) caracterizadores desse mesmo turismo num determinado momento (ver Figura 2).



Figura 2 – Análise SWOT

Forças

Iniciamos por identificar as principais forças do turismo de natureza e cultural do Vale do Tua. Verificamos que a cultura gastronómica é um dos principais vectores a ter em conta, porque nesta zona existem produtos de qualidade e singulares que tornam a experiência gustativa única. Os sabores passam pela degustação da típica alheira de Mirandela e pela posta transmontana regadas com os generosos vinhos da região acompanhados pela fruta de qualidade da zona. Outra força é a existência de uma paisagem “agreste e inóspita, seca, desumanizada, onde o sol e o calor são muito intensos. (...) onde existe um cenário de contrastes entre o rio, as rochas, o colorido e as texturas das encostas, bem como uma grande riqueza natural e humana”, (Rodrigues, s.d.) que faz desta zona um ponto único de beleza. A existência de actividades ancestrais é também uma força, que faz que este seja um sítio apetecível de tranquilidade e para quem goste de sentir um pouco do passado. Uma força relevante é a existência da linha do Tua, linha centenária, cheia de histórias, que atravessa paisagens únicas e que permitia aos turistas chegar à zona em transporte alternativo. Outra força é os equipamentos TER já implementados, não sendo uma oferta extensiva, já é uma oferta considerável e de qualidade. O rio Tua pode ser visto como uma força, pela sua beleza e entorno, e é aproveitado em Mirandela para realizar os campeonatos da Europa e mundiais de juniores de *jet ski* e foi atribuído, pelo livro Portugal Kayak (2005), 4+ (quatro mais) numa escala até 5, sendo considerado o rio com melhores águas

bravas de Portugal. Mas o rio Tua poderia ser considerado uma fraqueza porque não há hoje nenhuma empresa a explorar a sua potencialidade.

Fraquezas

Como fraquezas encontramos a falta de estruturas e agente que explorem o rio nas suas vertentes lúdicas e desportivas. O funcionamento débil dos postos de turismo é seguramente uma falha grave da região, visto que, dos cinco municípios, quatro têm postos de turismo mas só um possui pessoal habilitado e conhecedor e que presta as necessárias informações ao público. Por outro lado também se nota uma forte falta de coordenação entre os agentes, postos de turismo, freguesias e câmaras, este facto nota-se na falta de sinalização em muitos dos pontos de interesse turístico, na falta de informação nos postos de turismo sobre a agenda cultural da região e sobre as actividades dos agentes turísticos, na preservação de alguns sítios de interesse e na falta de troca de informação e complementaridade entre os agentes turísticos regionais.

Oportunidades

Como oportunidades consideramos a crescente procura de turismo em espaço rural, a crescente procura de turismo ferroviário, o maior conhecimento da zona e a integração ibérica. A crescente procura de turismo em espaço rural é um facto em termos mundiais, as estatísticas prova-o, este pode e deve ser um factor a aproveitar pela região. A mesma situação se aplica ao turismo ferroviário, que é uma fileira com bastante potencial e com a infra-estrutura existente nesta região, a linha do Tua, seria fácil de cativar este público-alvo. Por outro lado, se poderia apostar na integração da linha do Tua na rede de linhas estreitas existente no norte de Espanha, aumentando assim a visibilidade da linha e aproveitando o *know-how* desse projecto espanhol. É de referir que graças a polémica da construção da nova barragem do Foz Tua a zona teve uma visibilidade que nunca teve, este facto deve ser aproveitado para tentar promover e consolidar a oferta turística desta região.

Ameaças

A falta de investimento estatal na zona é uma grande ameaça, mas esta ameaça não é recente. É perceptível que este facto criou na população do Vale do Tua a noção que a barragem de Foz Tua seria uma coisa benéfica, por ser um investimento na zona, não importando a tipologia de construção, as pessoas queriam ver um forte investimento estatal na zona. Na verdade, esta situação pode levar à imposição de um tipo de desenvolvimento incompatível com o turismo, que destruirá os elementos caracterizadores da paisagem, desvirtuando todo o sentido de turismo em espaço natural, podendo mesmo levar a alterações ao nível cultural.

Outra ameaça, e com forte relevo, é crise económica mundial, que está a afectar todos os sectores. Esta crise pode provocar algum retraimento em investimentos turísticos na região e pode provocar a diminuição do turismo. Mas também pode ter o seu lado positivo na região, uma vez que muitos turistas nacionais podem optar por esta zona.

Percepção do turismo, benefícios e os constrangimentos da barragem

Sobre a **percepção do turismo**, os agentes turísticos vêem o turismo de natureza e cultural como uma actividade mais decisiva, valorizando-a mais do que os presidentes das Juntas de Freguesias E como é possível verificar na figura 3, a resposta dos agentes turísticos está localizada na parte da direita do gráfico, zona do decisivo e importante, e as respostas das freguesias estão distribuídas em todo o gráfico tendo maior predominância na zona do algo importante. Verificando a média das respostas para os agentes turísticos e freguesias, observa-se também este facto, visto que as agentes turísticos apresentam um valor 1,59, entre o decisivo e o importante e as freguesias 2,78, entre o importante e o algo importante, mas mais perto do algo importante.

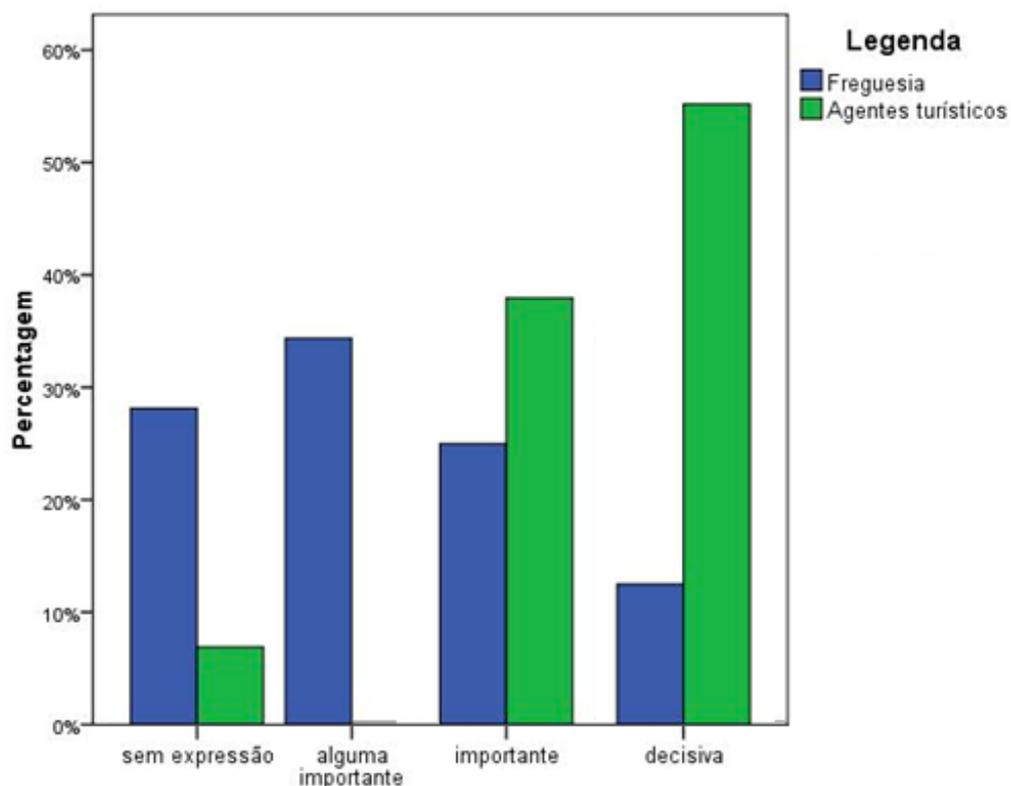


Figura 3 – Percepção comparativa do turismo de natureza e cultural

Esta diferença é mais visível fazendo uma associação entre variáveis através de uma correlação. A tabela de Pearson mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de -0,548 (29,16% de variância comum partilhada), e o nível de significância é de 0,000. A correlação é negativa, moderada e, evidentemente, significativa ($r = -.548$, $p < .001$). Desta forma, podemos afirmar que as variáveis percepção e instituição se relacionam negativamente, ou seja, quanto maior é a instituição (2 é agentes turísticos) menor é o valor da percepção (1 é decisiva).

Esta discrepância de valorização pode ser uma das causadoras da descoordenação observada em termos turísticos, ou seja, pode ser a causa da má sinalização dos pontos de interesse locais e da falta de cuidados com esses mesmos pontos.

Em relação à pergunta sobre os **efeitos da barragem** sobre o turismo de natureza e cultural. Na Figura 41 4, a resposta dos agentes turísticos está localizada na parte da direita do gráfico considerando a construção como prejudicial, e as respostas das freguesias estão com maior predominância na zona da esquerda, ou seja, consideram que a barragem como benéfica para o turismo de natureza e cultural.

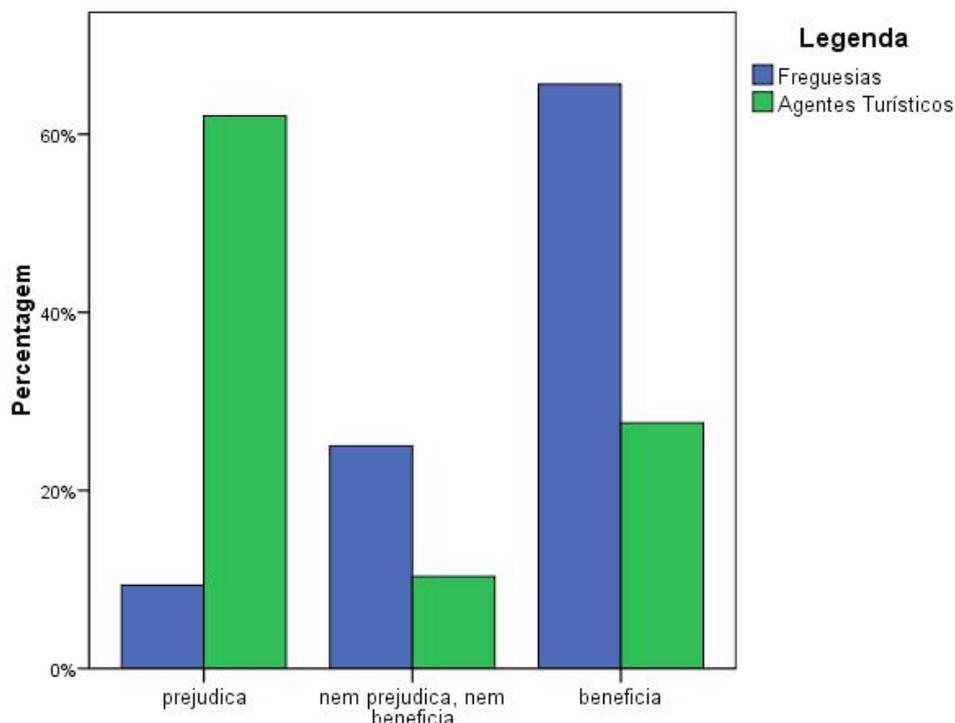


Figura 41 – Percepção comparativa sobre os efeitos da barragem

Esta diferença é mais visível fazendo uma associação entre variáveis através de uma correlação. A tabela de Pearson mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de -0,506 (25,60% de variância comum partilhada), e o nível de significância é de 0,000. A correlação é negativa, moderada e, evidentemente, significativa ($r = -.506$, $p < .001$).

Desta forma, podemos afirmar que há diferenças moderadamente significativas de opinião entre os agentes turísticos e as freguesias em relação aos efeitos da barragem.

Em relação aos **benefícios da construção barragem**, para a região em estudo, foi pedido às várias instituições para categorizarem os benefícios que advêm da construção da barragem numa escala de 1 (nada positivo) a 5 (muito positivo). A opinião não varia significativamente, ou seja, para os vários parâmetros inquiridos a valorização apresentada pelos agentes turísticos e pelas freguesias não apresenta diferenças estatísticas relevantes.. Os aspectos que em média se aproximaram do importante foram, por ordem decrescente, mais-valia no combate a incêndios florestais (3,79) e menor dependência energética do exterior (3,76). As que mereceram menos cotação foram as questões relacionadas com o emprego, que não chegaram à cotação 3.

Em relação aos **constrangimentos da construção da barragem**, numa escala de 1 (nada negativo) a 5 (muito negativo), encontram-se dois parâmetros que apresentaram diferenças estatísticas significativas..Os parâmetros foram a diminuição da atractividade natural da zona e a diminuição do número de visitantes. Para estes dois parâmetros, verifica-se que existe significância, e que os agentes turísticos têm tendência a considerar estes constrangimentos mais negativos do que as freguesias.

Nota-se que, apesar de em muitos casos não serem significativos, os agentes turísticos consideram mais negativos do que as freguesias todos os parâmetros de constrangimentos. Este facto é bastante visível, visto que o valor das médias é sempre superior para os agentes turísticos do que para as juntas de freguesia, ou seja, os constrangimentos são todos considerados mais negativos.

Isto mostra que mais do que as freguesias, os agentes turísticos percebem mais negativamente a construção da barragem de Foz do Tua. Esta diferença é mais notória no constrangimento diminuição de visitantes, em que as freguesias valorizam em (2,44) e os agentes turísticos (3,48).

É de referir que as duas instituições consideram que o pior constrangimento é a destruição parcial ou total da linha do Tua, mostrando que o efeito pior da construção da barragem é a destruição deste meio de transporte.

Comparação de duas soluções de desenvolvimento: Construção Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua e Plano de desenvolvimento turístico proposto pela IDP

Está previsto que o custo da AHFT será de 340 milhões de euros (Lusa, 2008). Em termos de emprego, não há números específicos para este aproveitamento em particular, mas há um valor para o conjunto dos 10 novos aproveitamentos do PNBEPH, que é de 48 500 empregos directos (Baptista, 2009). Assim, pressupondo que os empregos gerados serão iguais para todas as barragens, o AHFT empregará 4850 pessoas. Considerando que cada emprego terá uma duração de 2 anos e que a média de carreira dum indivíduo normal é de 35, obtemos o valor de 277 empregos permanentes. Assim, o emprego gerado pela AHFT resumir-se-á a 0,8 empregos por milhão de euros.

O Instituto da Democracia Portuguesa, em 2009, propôs um plano de desenvolvimento para o Vale do Tua, ao qual chamou *Tua Vale, uma alavanca para o desenvolvimento sustentado nas terras quentes*. Este projecto considera o turismo como uma das vertentes primordiais, propondo uma lista de investimento para capacitar a zona de infra-estruturas de suporte a esta actividade. O investimento, a tipologia e o emprego gerado, segundo aquele plano, está sumariado na tabela 2. Este investimento gerará 577 empregos permanentes o que significa cerca de 9 empregos por milhão de euros.

Tabela 2 – Investimento em equipamentos de suporte da actividade turística no plano do IDP

Concelho	Tipologia	Investimento (M€)	Empregos gerados	Fonte
Alijó	Golf	4	20	Louiseize
Alijó	Superfície comercial	4	70	Modelo
Alijó	Valorização Fluvial	1	2	Sem documentos
Alijó	Fluviários	7	60	Fluviário de Moura
Alijó	Aldeia rural	1	10	Aldeia da Pedralva
Carrazeda	Superfície comercial	2	35	Modelo
Carrazeda	Valorização Fluvial	1	2	Sem documentos
Carrazeda	SPA	2	14	RTP
Carrazeda	Hotel	7	49	JN
Carrazeda	Aldeia rural	1	10	Aldeia da Pedralva
Mirandela	Golf	1	5	Louiseize
Mirandela	Superfície comercial	2	35	Modelo
Mirandela	Valorização Fluvial	1	2	Sem documentos
Mirandela	Hotel	8	56	JN
Mirandela	Aldeia rural	1	10	Aldeia da Pedralva
Murça	Golf	4	20	Louiseize
Murça	Superfície comercial	2	35	Modelo
Murça	Valorização Fluvial	1	2	Sem documentos
Murça	SPA	2	14	RTP
Murça	Aldeia rural	1	10	Aldeia da Pedralva
Vila flor	Superfície comercial	2	35	Modelo
Vila flor	Valorização Fluvial	1	2	Sem documentos
Vila flor	Hotel	7	49	JN
Vila flor	Aldeia rural	1	10	Aldeia da Pedralva
Total		64	557	

É de referir que os valores na coluna de empregos gerados, são valores grosseiros obtidos, comparando com projectos que apresentam as mesmas valências, que são posteriormente recalculados para o investimento proposto. Para o campo de golfe, não contabilizamos, os jardineiros e empregados dos bares, por estes estarem em regime de subcontrato. Para a valorização fluvial propomos a existência de um nadador salvador e de um indivíduo responsável pelo aluguer de equipamento náutico.

Em suma, considerando *grosso modo* os dois tipos de investimentos, em termos de empregabilidade, verificamos que o projecto turístico cria 11 vezes mais empregos, por milhão de euros investidos do que o projecto de construção de uma barragem.

Conclusão

Como estudo de caso, escolhemos o Vale do Tua, uma região rural do interior português com uma acentuada desertificação humana, com uma população altamente envelhecida e altamente dependente, com fraca dinâmica económica. Para tentar inverter este processo, terão de ser tomadas medidas com vista à revitalização da região, outrora cheia de vida.

A estratégia proposta neste trabalho, que se baseou em propostas de autarcas, cientistas e ambientalistas seria pôr o turismo de natureza e cultural ao serviço do desenvolvimento e atractividade da zona, impulsionando, ao mesmo tempo, o seu desenvolvimento socioeconómico. Demonstrou-se que o turismo é um sector com elevado potencial para estimular o desenvolvimento dos espaços rurais do Vale do Tua, cujas características endógenas (gastronomia, paisagem, ambiente) são cada vez mais valorizadas e procuradas. Verificámos que esta estratégia é mais interessante do que a baseada na construção de grandes obras públicas.

A gastronomia é altamente valorizada por todos os agentes envolvidos neste projecto, sendo considerado um vector chave para o desenvolvimento do turismo de natureza e cultural no Vale do Tua. Estes agentes afirmam que na região há produtos únicos e ímpares ao nível nacional e internacional, e sugerem como exemplos a alheira de Mirandela, o azeite de Murça e o moscatel de Favaios.

A paisagem é outro vector chave apontado por todos, que mencionam a beleza indescritível das encostas íngremes do vale e a beleza e a unicidade do vinhal em terraço, da linha do Tua e dos olivais.

Diferenciando as conclusões pelas questões que orientaram o estudo, concluímos em relação às *percepções dos agentes turísticos e das autoridades locais sobre o desenvolvimento local*:

- i) as autarquias classificam o turismo como bastante importante e estando, mesmo, amplamente consagrado nos planos municipais das cinco câmaras;
- ii) as juntas de freguesia consideram o turismo de natureza e cultural como um dos vectores essenciais para o desenvolvimento, mas que tem pouco relevo na região. Estes agentes apontam as suas opções estratégicas sobretudo para a agricultura, que pode ser conjugada com actividades turísticas ou com produção industrial. Para 47% das juntas de freguesia, esta tipologia de turismo gerará pouco valor acrescentado e empregará poucas pessoas, o que prova o pessimismo destes agentes face a uma estratégia turística para a região. Outro facto a salientar é que 88% das juntas de freguesia não têm um plano estratégico para a sua zona de influência, alienando-se das decisões e não têm um papel activo e estruturado no desenvolvimento da zona;
- iii) os agentes turísticos, por seu turno, vêem o turismo de natureza e cultural como a actividade estruturante da zona, visto que 93% das empresas inquiridas acham que esta actividade é no mínimo importante para o seu desenvolvimento. Consideram também que a zona tem atractivos muito positivos para o acolhimento de quem a procura, desde infra-estrutura a pontos de interesse passando por outras actividades disponíveis.

Em geral, o turismo é visto como uma actividade chave para o desenvolvimento da zona, sendo notório que não existe uma estratégia comum para esse desenvolvimento visto que cada entidade tem pontos de vista diferentes e acções também diferentes para combater os fenómenos sociológicos negativos que afectam a região.

Em relação ao *impacte do turismo de natureza e cultural no Vale do Tua*, verificamos que o turismo já é uma aposta estratégica na região, ainda que incipiente. Actualmente, estimamos que 1,2% da população activa já trabalhe directamente na actividade turística, antevendo que muitos mais estejam ligados indirectamente a esta actividade. Dentro desta aposta, é observável um forte investimento privado, nos últimos anos, nos espaços TER (identificámos 19 desses espaços na área de estudo). A actividade turística, segundo os agentes inquiridos significa cerca de cem mil clientes e gera um valor na ordem dos 2,4 milhões de euros, (provavelmente será até bastante superior) o que mostra que o turismo já cria um movimento significativo de pessoas e ao gerar receitas, contribui de forma determinante na economia local.

Em relação às *incidências que têm as grandes infra-estruturas, linha do Tua e o Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua (AHFT)*, no turismo de natureza e cultural, é de salientar, em primeiro lugar, que entre os diferentes agentes, e mesmo dentro do seu próprio grupo, não há uma opinião unânime.

Em relação à linha do Tua, dos cinco presidentes de câmaras, quatro não a vêem como essencial. Somente o de Mirandela exalta a seu interesse para o desenvolvimento do turismo; por sua vez, os presidentes das juntas de freguesia qualificam a sua perda como algo negativo, o que se pode inferir que, para eles, ela não é essencial para o crescimento do turismo na zona; e, por último, os agentes turísticos caracterizam a sua perda como negativa.

Sobre o AHFT quatro dos cinco presidentes de câmara vêem este empreendimento como atractivo para o turismo e para o desenvolvimento local, tendo mais uma vez uma opinião

contrária o presidente de Mirandela. A maioria (66%) dos presidentes das juntas de freguesia refere que a barragem beneficiará o turismo de natureza e cultural; e, a maioria (69%) dos agentes turísticos, antevêem, ao contrário, que a barragem prejudicará a actividade turística regional. A atractividade, para os agentes políticos, do investimento na barragem advém do facto de as autoridades estatais terem desinvestido na área ao longo do século XX e início do século XXI.

Em termos de empregabilidade, verificámos que um projecto turístico proposto pelo Instituto Democracia Portuguesa cria 11 vezes mais empregos, por milhão de euros investidos do que o projecto de construção do aproveitamento hidroeléctrico de Foz Tua.

A falta de estratégia comum é visível e notória, o que não permite à zona, já por si frágil, posicionar-se no mercado turístico.

Por fim, a presente investigação demonstra que o Vale do Tua possui potencialidades e capacidades para assentar o seu desenvolvimento no turismo de natureza e cultural. Mas, para a implementação desta dinâmica, é essencial o diálogo permanente entre todas as entidades envolvidas, perspectivando um futuro comum e complementar. É essencial também a manutenção das condições únicas e singulares do vale e a promoção, de uma forma apelativa, desta riqueza junto dos potenciais consumidores.

Porém, é justo afirmar que o recurso turístico ainda não é uma actividade chave e diferenciadora da zona do Vale do Tua. Deste modo, recomendamos a tomada de acção em cinco eixos prioritários, com ou sem a construção do AHFT:

Eixo 1 - Recursos e Infra-estruturas de Suporte ao Turismo

Os recursos turísticos, como a paisagem, a arquitectura tradicional rural e urbana, e os monumentos só podem ser visitados ou utilizados, devido à existência de outras componentes, designadamente, infra-estruturas básicas (por exemplo, acessibilidades, energia, sinalização e saneamento) e infra-estruturas de suporte à actividade turística (designadamente, alojamento e outras facilidades turísticas).

Eixo 2- Alojamento e Animação

O alojamento turístico constitui uma componente fundamental para o desenvolvimento turístico de qualquer região, permitindo, entre outros aspectos, a capacidade de fixar turistas e, assim, poder, também gerar receitas nesse mesmo território. Para além do alojamento, a animação turística constitui, igualmente, um elemento essencial para a oferta de um dado território.

Eixo 3 - Marketing e Promoção Turística

O *marketing* turístico assume um papel fundamental para o equilíbrio entre a satisfação das necessidades e as motivações dos visitantes e os interesses dos destinos turísticos ou das organizações. O bom desempenho de qualquer região ou área destino passa, por uma promoção turística eficaz e apelativa, que dê a conhecer a zona e que crie no visitante a necessidade de conhecer a zona. Assim é essencial projectar e promover de forma coordenada e articulada, a oferta turística do Vale do Tua e os seus produtos, no mercado nacional e, sobretudo no mercado internacional, com particular enfoque no mercado ibérico.

Eixo 4 - Qualificação e Formação dos Recursos Humanos

A realidade da região em matéria de emprego e de empregabilidade dos recursos humanos não é a mais animadora. Paralelamente, as oportunidades e as alternativas de emprego para os jovens licenciados ou com formação técnico-profissional são escassas. Neste contexto, o desenvolvimento económico e turístico da região passará, cada vez mais, pela preparação básica e específica dos seus recursos humanos e pela capacidade de criar e manter empregos suficientemente atractivos que fixem activos qualificados. Só assim serão criados factores de

ruptura capazes de quebrar o ciclo que caracteriza o actual modelo de crescimento do Vale do Tua: recursos humanos pouco qualificados – empregos pouco qualificados – pouco estímulo à qualificação dos recursos humanos.

Eixo 5 - Dinamização, Acompanhamento e Informação

Na região do Vale do Tua, deparámo-nos com uma lacuna em matéria de conhecimento e informação detalhada sobre o desempenho do turismo local, o que, é a nosso ver, um dos principais entraves ao desenvolvimento desta actividade. Neste âmbito, consideramos essencial que os agentes públicos e privados disponham de conhecimento e informação de base regional sobre as dinâmicas da actividade turística, para haver uma melhor definição e implementação das respectivas estratégias e decisões.

Referências

- Baptista, A. (2009). Barragens que projectam o Futuro. Barragens, Vai arrancar uma nova geração , pp. 6-7
- CCDRn. (2007). *Indicadores Regionais*. Obtido em 26 de Junho de 2009, de <http://www.ccdr-n.pt/>
- CNUCED. (2004). *Turismo sustentável e desenvolvimento em discussão - Nota informativa de 3 de Março de 2004*. Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
- IDP. (2009). Tua Vale, Uma Alavanca de Desenvolvimento Sustentado nas Terras Quentes. Obtido em 28 de Setembro de 2009, de Instituto da Democracia Portuguesa(IDP): <http://www.democraciaportuguesa.org/>
- INE. (2008). Estimativas Provisórias de População Residente, 2007. Obtido em 17 de Junho de 2009, de <http://www.ine.pt/>
- Lusa. (14 de Abril de 2008). Barragem do Tua: Autarcas dispostos a sacrificar linha em troca de compensações. ESPIGUEIRO
- Nyaupane, G. P., Morais, D. B., & Graefe, A. R. (2004). Nature-based tourism constraints: A cross-activity comparison. *Annals of Tourism Research*, 31(3) , pp. 540-555.
- Polèse, M. (1998). *Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações económicas*. Coimbra: Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional.
- Ribeiro, J. C., & Vereiro, L. C. (2007). *Turismo e desenvolvimento regional: O espaço rural como destino turístico*. Vila Real: Casa Nobre.
- Simão, J. (2009) *Turismo como Motor de Desenvolvimento Local: o caso do Vale do Tua*. Dissertação de Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa